
[Brasil: Plantar recebe prêmio por pior projeto de sumidouro de carbono e contra-ataca](#)

A empresa florestal Plantar, sediada no estado de Minas Gerais, possui grandes plantações de eucalipto na região, estabelecidas à custa da expulsão da população local. Também foram instaladas a expensas da floresta típica da região (o cerrado), cujas árvores viraram carvão para a indústria siderúrgica, substituindo-as por eucalipto plantado com o mesmo objetivo. Os impactos sociais, ambientais, econômicos e culturais provocados pela empresa foram amplamente documentados em pesquisa recentemente realizada pelo WRM (“Certificando o não-certificável: certificação pelo FSC de plantações de árvores na Tailândia e no Brasil”), em que são documentados impactos como a apropriação de terras e a expulsão dos moradores, esgotamento e contaminação das águas e solos, desmatamento, destruição da biodiversidade, perda líquida de empregos, condições de trabalho precárias, perda de fontes de vida e riscos para a saúde, entre outros.

Não obstante, o Banco Mundial resolveu aprovar as plantações da Plantar como o primeiro projeto de sumidouro de carbono dentro da carteira do Fundo Protótipo de Carbono (PCF, em inglês), posteriormente validado pela consultora SCS, supostamente com base nas normas do Forest Stewardship Council (FSC).

Tudo parecia ir bem para a empresa e o Banco Mundial, até que, em 9 de dezembro último, no marco da IX Conferência das Partes da Convenção sobre Mudança Climática, realizada em Milão, a Coalizão Mundial pelas Florestas anunciou que a empresa tinha ganho o Prêmio Treetanic 2003, conferido todo ano ao pior projeto de sumidouro de carbono. Na fundamentação, falou-se que, “apesar dos méritos do Banco Mundial, do Fundo Protótipo de Carbono e do governo do estado de Minas Gerais, a Coalizão Mundial pelas Florestas está convencida de que os antecedentes, passados e presentes, da Plantar em termos de destruição social e ambiental são suficientemente importantes como para declará-la ganhadora indiscutível do Prêmio Treetanic 2003”.

Todavia, a empresa não se sentiu lisonjeada com o prêmio. Pelo contrário, no dia seguinte, os diretores Marcos de Deus e Marcos Vinícius convocaram uma reunião com os dirigentes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) do município de Curvelo, Minas Gerais. Aí a empresa fez a máxima pressão, exigindo que eles assinassem uma carta endereçada ao Banco Mundial, cujo texto tinha sido previamente redigido. Na pressão sobre os diretores do STR, os burocratas da Plantar mais uma vez ameaçaram com demissões em Curvelo, caso não sejam possíveis os créditos de carbono – uma prova inequívoca da inviabilidade econômica da empresa, não fossem os incentivos estatais, os selos verdes e os créditos de CO₂. Pressionando um a um cada diretor presente, como em cena de “roleta russa”, a empresa conseguiu as assinaturas que queria, menos a de Gracie dos Reis, que assinou com um “sob pressão” ao lado do nome. O diretor Marcos de Deus a ameaçou com processo judicial.

Na carta ao Banco Mundial, o STR de Curvelo teve de assumir (sob pressão) que Geraldo Martins, advogado do Sindicato, estava presente na COP9, em Milão, representando as organizações Rede Alerta contra o Deserto Verde, FASE e outras, mas não o STR local. Assim, procura-se criar um

clima de oposição local contra Geraldo Martins, descrito como sendo contra a geração de postos de trabalho em Curvelo. Ao mesmo tempo, procura-se criar uma divisão entre os municípios de Montes Claros e Curvelo, porquanto se diz que, em Milão, Geraldo Martins tinha criticado as monoculturas, ao passo que Eliseu Oliveira, de Montes Claros, as tinha defendido. Essa falsidade foi desfeita em mensagem enviada pelos dois, onde dizem:

“Fomos oficialmente credenciados como delegados da conferência e estivemos reunidos ontem com investidores do PCF (fundo do Banco Mundial para ‘sumidouros de carbono’). Falamos para eles sobre os impactos ambientais que os plantios de eucalipto causam em nossas regiões, o secamento das nascentes e dos rios e a expulsão das populações tradicionais. Mostramos para eles os números de empregos gerados na monocultura de eucalipto, comparando com os empregos gerados em outras culturas como goiaba, café, milho, gado, leite, especialmente nos estados do Espírito Santo e Minas Gerais, mais precisamente nas áreas da Plantar e Aracruz.

Dissemos da situação de insegurança no trabalho, na saúde do trabalhador no emprego e citamos o exemplo de um recente acidente em Curvelo que matou 11 trabalhadores e deixou 02 mutilados, além de que as empresas adotam um rodízio entre os trabalhadores para impedirem que assegurem direitos trabalhistas, demitindo, inclusive, trabalhadores com problemas de doenças profissionais. Pedimos que não considerem o eucalipto como Mecanismo de Desenvolvimento Limpo nem como ‘sumidouro de carbono’, pois os plantios só visam a produção do carvão vegetal para siderurgia e celulose, não respeitando a vegetação nativa.

Para plantá-lo, se arrancam as árvores nativas, que é como arrancar a cultura, os costumes e as raízes de nossos corações. Apresentamos a eles projetos alternativos de uma verdadeira reforma agrária, que gera mais emprego, combate a fome e a miséria, consolida o Programa Fome Zero, respeita as árvores, os bichos, a água e a vida. Acrescentamos que o aquecimento global foi ocasionado pelos países desenvolvidos e que os países do terceiro mundo não poderiam ser obrigados a fazer a despoluição, com o plantio indiscriminado de árvores. Encerramos dizendo que falávamos da angústia de um povo e eles disseram que era o início de um diálogo”.

Ora, os tempos da ditadura militar estão de volta? Será que a Plantar tem o direito de calar a opinião de pessoas que discordam do infame processo de degradação ambiental provocado pela monocultura de eucalipto? O acima não faz senão confirmar que a Plantar é merecedora do prêmio que ganhou. E se continuar do mesmo jeito, ela certamente vai ganhar muitos mais.

Fonte: devido à atual situação desencadeada pela empresa, o WRM resolveu omitir as fontes de informação em que se baseou para elaborar a presente matéria, por achar que a sua divulgação poderia colocar em risco quem a enviou.